
ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA CONTANDO ADICIONALMENTE COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA E ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA HÉLIO BORENSTEIN S.A. – ADMINISTRAÇÃO, PARTICIPAÇÕES E COMÉRCIO

ENTRE

**HÉLIO BORENSTEIN S.A. – ADMINISTRAÇÃO,
PARTICIPAÇÕES E COMÉRCIO,**

OLIVEIRA TRUST DTVM S.A.,

HENRIQUE BORENSTEIN

E

MARIA DE CASTRO BORENSTEIN


DATADA DE 16 DE MARÇO DE 2010

ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA CONTANDO ADICIONALMENTE COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA E ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA HÉLIO BORENSTEIN S.A. – ADMINISTRAÇÃO, PARTICIPAÇÕES E COMÉRCIO

Pelo presente instrumento particular:

- i. **Hélio Borenstein S.A. – Administração, Participações e Comércio**, com sede na Avenida Voluntário Fernando Pinheiro Franco, 515, Mogi das Cruzes, SP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 52.541.307/0001-01, neste ato representada de acordo com seu Estatuto Social ("Emissora");
- ii. **Oliveira Trust DTVM S.A.**, sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, 500, bloco 13, sala 205, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato representado na forma de seu Estatuto Social, nomeada neste instrumento, nos termos da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), para representar, perante a Emissora, a comunhão dos interesses dos debenturistas da presente emissão ("Agente Fiduciário");
- iii. **Henrique Borenstein**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº. 2.103.622-SSP-SP e inscrito no CPF/MF sob o nº. 107.102.488-49, com endereço comercial na Av. Voluntário Fernando Pinheiro Franco, nº. 515, Centro, Cidade de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo, na qualidade de interveniente garantidor mediante a prestação de fiança e a alienação fiduciária de ações de sua titularidade, nos termos da Cláusula X abaixo ("Garantidor"); e
- iv. **Maria de Castro Borenstein** esposa do Garantidor, na qualidade de interveniente, nos termos do artigo 1.674, incisos I e III, da Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002 ("Código Civil"), ("Esposa do Garantidor").

vêm por meio desta, na melhor forma de direito, firmar a presente Escritura da 1ª Emissão Pública com Esforços Restritos de Colocação, de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, contando adicionalmente com Garantia Fidejussória e Alienação Fiduciária de Ações, em Série Única, da Hélio Borenstein S.A. – Administração, Participações e Comércio ("Escritura"), contendo as seguintes cláusulas e condições:



mc/b



CLÁUSULA I - DA AUTORIZAÇÃO

A presente Escritura é firmada com base nas deliberações tomadas na Assembléia Geral Extraordinária da Emissora, realizada em 15 de março de 2010 ("AGE"), na qual deliberou sobre os termos e as condições da Emissão, conforme disposto no artigo 59 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

CLÁUSULA II - DOS REQUISITOS

A 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie Subordinada, contando adicionalmente com garantia fidejussória e alienação fiduciária de ações, em série única, (respectivamente "Emissão" ou "Oferta" e "Debêntures"), para distribuição nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 476, de 16 de janeiro de 2009 ("Instrução CVM 476"), será feita com observância dos seguintes requisitos:

2.1. Arquivamento na Junta Comercial do Estado de São Paulo e Publicação da AGE que deliberou a Emissão

A ata da AGE de 15 de março de 2010, que deliberou sobre a presente Emissão, foi protocolada para arquivamento em 16 de março de 2010 na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP"), e será publicada nos termos do artigo 62, inciso I, e 289 da Lei das Sociedades por Ações.

2.2. Inscrição da Escritura na JUCESP

A presente Escritura e seus eventuais aditamentos, inclusive o aditamento para refletir o efetivo valor global da Emissão e a quantidade de debêntures emitidas, serão inscritos na JUCESP, conforme disposto no artigo 62, inciso II da Lei das Sociedades por Ações.

2.3. Dispensa de Registro na CVM e na ANBIMA

A presente Emissão está automaticamente dispensada de registro de distribuição pública na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), nos termos do artigo 6º da Instrução CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009 ("Instrução CVM n.º 476"), por se tratar de oferta pública com esforços restritos de colocação ("Oferta Restrita").

A Emissão está automaticamente dispensada de registro na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais – ANBIMA ("ANBIMA"), nos termos do Parágrafo 1º do artigo 25 do Código ANBID de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários ("Código de Regulação ANBID"), por se tratar de Oferta Restrita.

2.4. Registro para Colocação e Negociação

2.4.1. As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário e para negociação no mercado secundário por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos ("SDT") e do SND – Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP"), sendo a distribuição e as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.4.2. Não obstante o descrito na Cláusula 2.4.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre investidores qualificados, assim definidos nos termos da Instrução CVM 476, depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição pelo Investidor Qualificado, conforme disposto no artigo 13 da Instrução CVM 476.

CLÁUSULA III - DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

A Emissão das Debêntures terá as seguintes características e condições:

3.1. Número da Emissão

3.2.1. A presente Escritura constitui a 1ª Emissão de Debêntures da Emissora.

3.2. Valor Total da Emissão

3.2.1. O valor total da Emissão é de até R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) na Data de Emissão.

3.3. Número de Séries

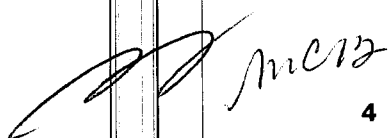
3.3.1. A Emissão será realizada em 1 (uma) única série ("Série Única").

3.4. Limite de Emissão

Tendo em vista que a presente Emissão é da espécie subordinada, a Emissora não está obrigada a atender os limites previstos no caput do artigo 60, da Lei 6.404/76, face à exceção disposta no parágrafo 4º do referido artigo.

3.5. Colocação e Procedimento de Distribuição

3.5.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos, sob regime de garantia firme de colocação das Debêntures, com a intermediação do Banco Bradesco BBI S.A. ("Bradesco BBI" ou "Coordenador"), conforme o "Contrato de Coordenação da 1ª Emissão Pública com Esforços Restritos de Colocação, sob o Regime de Garantia Firme, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, contando adicionalmente com Garantia Fidejussória e Alienação Fiduciária de Ações, em Série Única, da



4



Emissora", celebrado entre a Emissora e o Coordenador ("Contrato de Distribuição").

3.5.2. O plano de distribuição pública com esforços restritos seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476 ("Plano de Distribuição"). Para tanto, o Coordenador poderá acessar até no máximo 50 (cinquenta) Investidores Qualificados (abaixo definido) nos termos da Instrução CVM 476, sendo possível a subscrição ou aquisição por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados (abaixo definido).


3.5.2.1. Nos termos da Instrução CVM 476 e para os fins da Oferta descrita na presente Escritura, os Investidores Qualificados (abaixo definido) serão (i) todos os fundos de investimento, ainda que se destinem a investidores não qualificados e (ii) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no item (iv) da Cláusula 3.5.2.4 que subscrevam ou adquiram, no âmbito da Oferta, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

3.5.2.2. As Partes comprometem-se a não realizar a busca de investidores através de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos da Instrução CVM 476.

3.5.2.3. A Emissora obriga-se a: (i) não contatar ou fornecer informações acerca da Oferta a qualquer investidor, exceto se expressa e previamente acordado com o Coordenador; e (ii) informar ao Coordenador até o dia útil imediatamente subsequente a ocorrência de contato que receba de potenciais investidores que venham a manifestar seu interesse na Oferta.

3.5.2.4. Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos, sendo que o Coordenador, com expressa e prévia anuência da Emissora, organizará plano de distribuição nos termos da Instrução CVM 476, tendo como público alvo os investidores qualificados, assim entendidos como (i) instituições financeiras; (ii) companhias seguradoras e sociedades de capitalização; (iii) entidades abertas e fechadas de previdência complementar; (iv) pessoas físicas ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$300.000,00 (trezentos mil reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio; (v) fundos de investimento destinados exclusivamente a investidores qualificados; (vi) administradores de carteira e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios; e (vii) regimes próprios de previdência social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por Municípios ("Investidores Qualificados").

3.5.2.5. Não será constituído fundo de manutenção de liquidez e não será firmado contrato de estabilização de preços com relação às Debêntures; serão atendidos os clientes Investidores Qualificados do Coordenador que desejarem efetuar investimentos nas Debêntures, tendo em vista a relação do Coordenador

 M.C.P.
5







com esses clientes, bem como outros investidores, fundos de investimento, e pessoas físicas e jurídicas, mesmo que não sejam clientes do Coordenador, desde que tais investidores sejam considerados qualificados, conforme Instrução CVM 476, e atestem seus conhecimentos e experiência em finanças e negócios suficientes para avaliar, a seu exclusivo critério, a qualidade e os riscos das Debêntures.

3.5.3. O Coordenador realizará a distribuição pública das Debêntures, sob o regime de garantia firme de colocação.

3.6. Banco Mandatário e Agente Escriurador

3.6.1. O Banco Mandatário da Emissão e Agente Escriurador das Debêntures será o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, s/nº, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.746.948/0001-12 ("Banco Mandatário" e "Instituição Depositária"), cujas definições incluem qualquer outra instituição que venha a suceder o atual Banco Mandatário e a atual Instituição Depositária na prestação dos serviços previstos nesta Cláusula.

3.7. Objeto Social da Emissora

De acordo com o Art. 4º do seu Estatuto Social, o objeto social da Emissora compreende a administração de bens imóveis próprios, participação em outras sociedades na qualidade de quotista ou acionista e compra e venda de imóveis.

3.8. Destinação dos Recursos

Os recursos obtidos pela Emissora com a 1ª Emissão serão destinados à subscrição de ações no aumento de capital social da Helbor Empreendimentos S.A.

CLÁUSULA IV – CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

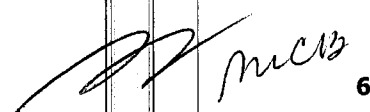
4.1. Características Básicas

4.1.1. Data de emissão: Para todos os fins e efeitos legais, a Data de Emissão das Debêntures será o dia 22 de março de 2010 ("Data de Emissão").

4.1.2. Conversibilidade, Tipo e Forma: As Debêntures serão simples, da forma nominativa e escritural, não conversíveis em ações, sem emissão de cautelas e certificados, de emissão da Emissora.

4.1.3. Espécie: As Debêntures serão da espécie Subordinada, contando adicionalmente com garantia fidejussória e alienação fiduciária de ações, nos termos da Cláusula X abaixo.

4.1.4. Prazo e Data de vencimento: O prazo de vencimento das Debêntures será de 72 (setenta e dois) meses, contados da Data de Emissão, com vencimento

 6







em 22 de março de 2016 ("Data de Vencimento"). Na respectiva Data de Vencimento, a Emissora se obriga a proceder à liquidação das Debêntures que ainda estiverem em circulação pelo seu Valor Nominal Unitário, conforme definido na Cláusula 4.1.5 abaixo, acrescido da Remuneração de que trata a Cláusula 4.2 abaixo, calculada *pro rata temporis*, a partir da última data de pagamento da referida remuneração até a Data de Vencimento.

4.1.5. Valor Nominal Unitário: O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").

4.1.6. Quantidade de Debêntures Emitidas: Serão emitidas até 100 (cem) Debêntures, em Série Única, perfazendo o valor total de até R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), na Data de Emissão. Ao final do Prazo de Distribuição, a presente Escritura será aditada para refletir a efetiva quantidade de debêntures subscritas e integralizadas.

4.1.7. Garantia: As Debêntures são subordinadas e contam adicionalmente com garantia fidejussória e alienação fiduciária de ações, nos termos da Cláusula X abaixo.

4.2. Remuneração

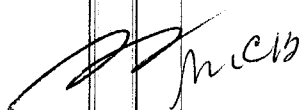
4.2.1 Atualização

O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado.

4.2.2. Juros

As Debêntures farão jus a uma remuneração ("Remuneração") correspondente à variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia, "extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP no Informativo Diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), capitalizada de um *spread* ou sobretaxa, equivalente a 2,00% (dois por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures, a partir da Data da primeira subscrição e integralização das Debêntures ("Data da Subscrição e Integralização"), e pagos ao final de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo), de acordo com a fórmula abaixo ("Juros").

Define-se período de capitalização ("Período de Capitalização") como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data primeira da Subscrição e Integralização, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento dos Juros imediatamente anterior, inclusive, no caso dos demais Períodos de


7







Capitalização, e termina na data prevista para o pagamento de Juros correspondente ao período em questão, exclusive. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a data de Vencimento. Os Juros correspondentes aos Períodos de Capitalização serão devidos anualmente, no dia 02 (dois) de maio de cada ano, sendo que o excepcionalmente, último pagamento de Juros será devido na Data de Vencimento. Desta forma, o primeiro pagamento será devido em 02 de maio de 2011 e o último na Data de Vencimento ("Datas de Pagamento da Remuneração").

O cálculo dos Juros obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

Onde:

J = Valor dos Juros devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário de emissão não amortizado das Debêntures ou saldo do valor nominal unitário das Debêntures, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

Fator Juros = Fator de juros, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = (FatorDI \times FatorSpread)$$

Onde:

Fator DI = Produtório das Taxas DI, da data de início de capitalização, inclusive, até a data do cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$Fator DI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + TDI_k]$$

Onde:

k = número de ordens das Taxas DI, variando de 1 (um) até n_{DI} .
 n_{DI} = número total de Taxas DI consideradas na atualização das Debêntures, sendo " n_{DI} " um número inteiro;

TDI_k = Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{dk}{252}} - 1, \text{ onde: } k = 1, 2, \dots, n$$

DI_k = Taxa DI de ordem k, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

dk = número de dia(s) útil(eis) correspondentes ao prazo de validade da taxa DI, sendo "dk" um número inteiro (a taxa DI é válida por um dia útil);

Fator *Spread* = Sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, calculado conforme fórmula abaixo:

$$\text{FatorSpread} = \left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{DUT}{252}}$$

Onde:

spread = 2,00 ao ano, informado com 4 (quatro) casas decimais;

N = número de dias representativo do *spread*, sendo calculado baseado em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis;

n = o número de dias úteis entre a data da primeira Subscrição e Integralização ou último pagamento de juros e o próximo pagamento de juros, sendo "n" um número inteiro;

DUT = número de dias úteis existentes entre a data da primeira Subscrição e Integralização ou último pagamento de juros e o próximo pagamento de juros, sendo DUT um número inteiro;

DUP = número de dias úteis entre a data da primeira Subscrição e Integralização ou último pagamento de juros e a data atual, sendo DUP um número inteiro.



A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

Observações:

- (a) O fator resultante da expressão $[1 + TDI_k]$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais sem arredondamento.
- (b) Efetua-se o produtório dos fatores diários $[1 + TDI_k]$ sendo que, a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Se os fatores diários estiveram acumulados, considerar-se-á o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais com arredondamento.

No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta cláusula, será utilizada, em sua substituição, para apuração de TDI_k a última Taxa DI divulgada até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelo debenturista, quando da divulgação posterior da Taxa DI respectiva.

No caso de extinção, ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos e/ou divulgação, ou impossibilidade legal de aplicação às Debêntures da Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 20 (vinte) dias a contar do evento, realizar a assembléia geral de debenturistas ("Assembleia Geral de Debenturistas"), para deliberação de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro de Remuneração a ser proposto pela Emissora (no modo e nos termos previstos na Cláusula XI abaixo). Até a deliberação desse parâmetro serão utilizadas, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta cláusula, as fórmulas acima definidas, sendo que para a apuração de TDI_k será utilizado o valor da última Taxa DI divulgada.

Caso não haja acordo sobre a nova Remuneração entre a Emissora e os Debenturistas representando a totalidade da Debênture em circulação, a Emissora deverá resgatar a totalidade da Debênture em circulação, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Subscrição e Integralização ou da data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso. Até a data do efetivo resgate serão utilizadas, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta cláusula, as fórmulas acima definidas, sendo que para a apuração de TDI_k será utilizado o valor da última Taxa DI divulgada.

4.3. Amortização

O Valor Nominal das Debêntures será amortizado anualmente em 02 de maio de cada ano, sendo a primeira amortização em 02 de maio de 2011, e a última na Data de Vencimento, ou seja, em 22 de março de 2016, conforme quadro abaixo:

| Data de Amortização | Percentual de Amortização incidente sobre o Valor Nominal Unitário da Data de Emissão |
|---------------------|---|
| 2/5/2011 | 16,66 |
| 2/5/2012 | 16,66 |
| 2/5/2013 | 16,66 |
| 2/5/2014 | 16,66 |
| 2/5/2015 | 16,66 |
| 22/03/2016 | 16,70 |

4.4. Pagamento da Remuneração

O pagamento da Remuneração será realizado anualmente, sendo o primeiro pagamento devido em 2 de maio de 2011 e o último em 22 de março de 2016, ou seja, na Data de Vencimento.

4.5. Local de pagamento

Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora na data de seu respectivo vencimento utilizando-se, conforme o caso: (i) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas no SND; e/ou (ii) para as Debêntures que não estejam vinculadas a esse sistema, por meio do Banco Mandatário da presente Emissão.

4.6. Prorrogação dos prazos

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura até o 1º (primeiro) dia útil subsequente, quando a data de pagamento coincidir com sábados, domingos ou com feriados bancários na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, exceto pelos casos em que o(s) referido(s) pagamentos devam ser feitos pela CETIP, hipótese em que somente serão prorrogados se coincidirem com sábados, domingos ou feriados bancários nacionais, em qualquer hipótese sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos.

4.7. Encargos moratórios

Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso ficarão sujeitos a (i) multa moratória convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago; e (ii) juros de mora de 1%

(um por cento) ao mês, ambos calculados sobre os valores em atraso desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, além das despesas de honorários advocatícios na eventualidade de instauração de pleito judicial e outras incorridas para a referida cobrança.

4.8. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.7 acima, o não comparecimento dos Debenturistas para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhes dará o direito ao recebimento de remuneração e/ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.9 Prazo de Subscrição e Forma de Integralização

As Debêntures serão subscritas no prazo de até 60 dias a partir da Data de Emissão, pelo seu Valor Nominal Unitário.

4.10. Repactuação

Não haverá repactuação das Debêntures.

4.11. Publicidade

Todos os atos, decisões relevantes e convocações a serem efetuados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, a critério razoável da Emissora deverão ser obrigatoriamente publicados nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora costuma efetuar suas publicações, quais sejam Diário Oficial do Estado de São Paulo e S.A. O Estado de São Paulo, bem como na página da Emissora na rede mundial de computadores - *internet*.

4.12. Comprovação de Titularidade das Debêntures

A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito das debêntures emitido pela Instituição Depositária. Adicionalmente, para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND será expedido extrato em nome dos debenturistas pela CETIP, que igualmente servirá como comprovante de titularidade de Debêntures.

4.13 Liquidez e Estabilização

Não será constituído fundo de manutenção de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez ou estabilização de preço para as Debêntures.

4.14. Imunidade de Debenturistas

Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado de seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

CLÁUSULA V – ADITAMENTO À PRESENTE ESCRITURA DE EMISSÃO

Quaisquer aditamentos a esta Escritura deverão ser firmados pela Emissora, pelo Garantidor e pelo Agente Fiduciário e posteriormente arquivados na JUCESP.

CLÁUSULA VI – RESGATE ANTECIPADO

6.1. As Debêntures poderão ser resgatadas, total ou parcialmente, a qualquer momento, a critério da Emissora, por meio de envio ou de publicação de comunicado aos Debenturistas com 15 (quinze) dias úteis de antecedência, informando (i) a data do resgate antecipado, que deverá se necessariamente um dia útil; (ii) se o resgate será total ou parcial; (iii) o volume ou número de Debêntures que serão resgatadas; e (iv) qualquer outra informação relevante aos Debenturistas ("Resgate Antecipado").

6.2. O Resgate Antecipado das Debêntures pela Emissora, no todo ou em parte, ocorrerá mediante o pagamento do seu Valor Nominal não amortizado, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a data de Subscrição e Integralização ou do último pagamento das obrigações previstas nesta Escritura até a data do efetivo Resgate Antecipado;

6.3. Na hipótese de resgate antecipado parcial, adotar-se-á o critério de sorteio, a ser realizado pelo Agente Fiduciário e com divulgação do resultado a todos os Debenturistas por meio de comunicado, inclusive no que concerne às regras do sorteio, nos termos do artigo 55, §1º, da Lei das Sociedades por Ações. Neste caso, todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição de rateio e de validação das quantidades de debêntures a serem resgatadas por Debenturista serão realizadas fora do âmbito da CETIP. A efetivação do resgate parcial se dará no âmbito da CETIP por meio de operação de compra e venda definitiva. Caso a CETIP venha a implementar outra funcionalidade para operacionalizar o Resgate Antecipado parcial, não haverá a necessidade de ajuste a esta Escritura ou qualquer outra formalidade.

6.4. A CETIP deverá ser comunicada da realização do resgate total ou parcial das Debêntures com no mínimo 2 (dois) dias úteis de antecedência da data estipulada para sua realização.

6.5. As Debêntures resgatadas serão obrigatoriamente canceladas.

CLÁUSULA VII – VENCIMENTO ANTECIPADO

7.1. Vencimento antecipado

São considerados eventos de vencimento antecipado das Debêntures desta Emissão acarretando, observado o disposto nos itens 7.2 e 7.3 abaixo, a imediata exigibilidade do pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal unitário da Debênture, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* a partir da Data de Subscrição e Integralização ou da última data de pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, quaisquer dos seguintes eventos:

- i) Pedido de recuperação judicial ou submissão a qualquer credor ou classe de credores de pedido de negociação de plano de recuperação extrajudicial, formulado pela Emissora;
- ii) Extinção, liquidação, dissolução, insolvência, pedido de auto-falência, pedido de falência não elidido no prazo legal ou decretação de falência da Emissora;
- iii) Não pagamento, nas datas de vencimento respectivas, de qualquer obrigação pecuniária relacionada às Debêntures, não sanada em 03 (três) dias úteis contado do descumprimento;
- iv) Falta de cumprimento pela Emissora e/ou pelo Garantidor de toda e qualquer obrigação não pecuniária decorrente desta Emissão, não sanada no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento de aviso escrito enviado pelo Agente Fiduciário;
- v) Protestos legítimos de títulos contra a Emissora cujo valor unitário ou agregado ultrapasse R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora ou se for cancelado, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis de sua ocorrência;
- vi) Inadimplemento de quaisquer dívidas da Emissora, em montante unitário ou agregado igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), em razão de inadimplemento contratual, cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações pecuniárias da Emissora decorrentes da Emissão, salvo se a Emissora comprovar, até o dia útil imediatamente seguinte à data de sua ocorrência, que tal inadimplemento não ocorreu ou foi devidamente sanado pela Emissora;
- vii) Não pagamento, pela Emissora, de decisão judicial transitada em julgado contra a Emissora, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

- viii) Redução de capital social da Emissora e/ou alteração do Estatuto Social da Emissora que implique a concessão de direito de retirada aos acionistas da Emissora em montante que possa afetar, direta ou indiretamente, o cumprimento das obrigações da Emissora previstas na Emissão;
- ix) Pagamento pela Emissora de dividendos e/ou de juros sobre capital próprio, exceto os dividendos obrigatórios por lei e os juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios, caso esta esteja em mora relativamente ao cumprimento de quaisquer de suas obrigações pecuniárias previstas nesta Emissão;
- x) Transformação do tipo societário da Emissora, de sociedade anônima para sociedade limitada;
- xi) Se as Garantias: (a) forem objeto de questionamento judicial pela Emissora ou por terceiros, que afete o cumprimento de quaisquer obrigações previstas na escritura de emissão e/ou no contrato de constituição de garantia, desde que as Garantias não sejam substituídas pela Emissora no prazo de até 20 (vinte) dias contados do recebimento, pela Emissora, de notificação escrita neste sentido, enviada pelo Agente Fiduciário; (b) não forem constituídas; (c) forem anuladas; ou (d) de qualquer forma, deixarem de existir ou forem rescindidas;
- xii) Não constituição plena das Garantias nos termos da Cláusula X abaixo bem como o não ajuste das Ações Bradesco;

7.2 A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nos subitens (i) a (vii), (x), (xi) e (xii) do item 7.1. acima acarretará o vencimento antecipado das Debêntures, independentemente de qualquer aviso ou notificação, observado o parágrafo único do artigo 13 da Instrução CVM nº. 28.

7.3 Quando da ocorrência dos eventos indicados nos subitens (viii) e (ix) do item 7.1. acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, dentro de 48 (quarenta e oito) horas da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos referidos eventos, Assembleia para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures, observado o procedimento de convocação bem como os quoruns previstos na Cláusula XI abaixo.

7.3.1 Caso, a Assembleia mencionada no item 7.3 seja convocada mas não se realize por ato ou fato não imputável ao Agente Fiduciário, este deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos do item 7.2 acima e exigir o imediato pagamento pela Emissora do saldo devedor do Valor Nominal Unitário da Debênture, acrescido da Remuneração, devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, e demais encargos devidos nos termos da Escritura.

CLÁUSULA VIII – OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA E DO GARANTIDOR

8.1 Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura, até o pagamento integral das Debêntures, a Emissora e o Garantidor, quando aplicável, obrigam-se, ainda, a:

(a) encaminhar ao Agente Fiduciário:

(1) dentro do prazo legalmente estabelecido, após o término de cada exercício social, ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes;

(2) dentro do prazo legalmente estabelecido, cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução CVM 202/93;

(3) com a maior brevidade possível, qualquer informação relacionada com a presente Emissão que lhe venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário;

(4) informações a respeito do descumprimento de qualquer obrigação assumida nesta Escritura e/ou da ocorrência de qualquer dos eventos indicados na Cláusula VII – Vencimento Antecipado, na mesma data em que tomar ciência de sua ocorrência.

(5) no prazo máximo de 10 (dez) dias, qualquer informação que, razoavelmente, lhe venha a ser solicitada;

(6) declaração firmada pelo Diretor Financeiro, ao Agente Fiduciário, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da respectiva solicitação, de que está adimplente com suas obrigações, nos termos estabelecidos nesta Escritura;

(7) avisos aos titulares de Debêntures, fatos relevantes, assim como atas de assembleias gerais e reuniões do conselho de administração da Emissora que, de alguma forma, envolvam interesse dos titulares de Debêntures, no terceiro dia útil após sua publicação ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados;

(b) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações;

(c) manter sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;

(d) convocar, nos termos da Cláusula XI desta Escritura, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que, direta ou indiretamente, se relacione com a presente Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;

- (e) cumprir todas as determinações emanadas da CVM, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas por aquela autarquia ou pela CETIP;
- (f) preparar, na forma da Lei das Sociedades por Ações, suas demonstrações financeiras a exame de empresa de auditoria independente registrada na CVM;
- (g) Divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 4 (quatro) meses contados do encerramento de seu exercício social e manter tais demonstrações financeiras em sua página na rede mundial de computadores pelo prazo mínimo de 3 (três) anos contados de sua disponibilização;
- (h) Observar as disposições da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002 ("Instrução CVM 358"), no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;
- (i) Divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo art. 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente aos Coordenadores
- (j) manter em adequado funcionamento departamento de atendimento aos debenturistas, para assegurar-lhe tratamento eficiente, podendo utilizar, para esse fim, a estrutura e os órgãos destinados ao atendimento de seus acionistas, ou contratar instituições autorizadas a prestar este serviço;
- (k) informar a bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures o valor e a data de pagamento de todo e qualquer rendimento referente à Debênture;
- (l) não pagar dividendos, ressalvando o disposto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, nem qualquer outra participação estatutariamente prevista, se estiver em mora, relativamente ao pagamento de quaisquer valores devidos aos debenturistas, relativos às Debêntures objeto desta Escritura, cessando tal proibição tão logo seja purgada a mora;
- (m) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (n) manter em vigor as autorizações para celebrar esta Escritura e cumprir com todas as obrigações aqui previstas, satisfazendo todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (o) cumprir, em todos seus aspectos relevantes, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, vigentes e aplicáveis à condução de seus negócios, exceto aquelas leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, que estejam sendo contestados judicialmente ou administrativamente, de boa-fé, pela Emissora; e
- (p) notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer mudança na natureza ou escopo de seus negócios e operações, ou sobre qualquer evento ou fato, que no seu entendimento afete ou que possa afetar adversamente, de forma significativa, sua condição financeira ou de sua capacidade de cumprir suas obrigações nos

termos desta Escritura, no prazo de até 5 (cinco) dias contados da data que a Emissora tomar conhecimento da respectiva mudança ou evento;

- (q) não praticar qualquer ato em desacordo com o estatuto social e com esta Escritura de Emissão, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os titulares de Debêntures;
- (r) manter contratado durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Mandatário, o Agente Escriturador, o Agente Fiduciário e sistema de negociação no mercado secundário por meio do SND;
- (s) efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;
- (t) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos titulares de Debêntures ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos titulares de Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão;
- (u) fornecer todas as informações que vierem a ser solicitadas pela CVM ou pela CETIP;
- (v) manter válidas e regulares, durante todo o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em Circulação, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura de Emissão, no que for aplicável.

CLÁUSULA IX - DO AGENTE FIDUCIÁRIO

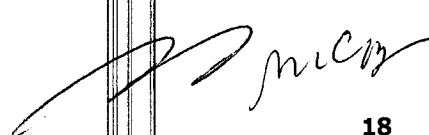
9.1 Nomeação

A Emissora constitui e nomeia Agente Fiduciário da Emissão objeto desta Escritura, a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., qualificada no preâmbulo desta Escritura, a qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar perante a Emissora os interesses da comunhão dos Debenturistas.

9.2 Declarações do Agente Fiduciário

O Agente Fiduciário dos Debenturistas, nomeado pela Emissora na presente Escritura, declara, sob as penas da lei:

- (a) não ter qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações, e o artigo 10 da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983 ("Instrução CVM 28"), para exercer a função que lhe é conferida;



- (b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (c) aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições;
- (d) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (e) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo satisfeito todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (f) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (g) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (h) que esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (i) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (j) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura; e
- (k) que verificou a observância, pela Emissora, dos limites de emissão previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, conforme disposto na Cláusula 3.4 da presente Escritura.

9.3 Substituição

9.3.1. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância na função do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha de novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem no mínimo 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a convocação, observado o prazo de 15 (quinze) dias para a primeira convocação e 8 (oito) dias para a segunda convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha de novo agente fiduciário. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma que a do Agente Fiduciário, observado o disposto na Cláusula 9.3.7.1 abaixo.

9.3.2. Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos Debenturistas, solicitando sua substituição.

9.3.3. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim. A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à Emissora e à manifestação da CVM acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28 e em eventuais normas posteriores.

9.3.4. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura, devendo ser arquivada na JUCESP.

9.3.5. Em caso de renúncia do Agente Fiduciário, este deverá permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição.

9.3.6. O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções na data da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a data de vencimento das Debêntures ou até sua efetiva substituição.

9.3.7. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos seus termos e condições, sendo que a parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas, como forma de remuneração aos serviços por ele prestados.

9.3.7.1. O Agente Fiduciário substituído deverá reembolsar à Emissora o valor já pago pela Emissora correspondente ao período compreendido entre a data da substituição e o vencimento da Debênture, calculado proporcionalmente ao valor total da remuneração prevista na Cláusula 9.6.1.

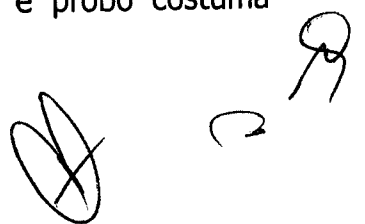
9.3.7.2. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a respeito, baixados por ato(s) da CVM.

9.4 Deveres

Sem prejuízo de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM, ou nesta Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

(a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios negócios;


20



(b) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;

(c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;

(d) verificar no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;

(e) convocar, quando necessário, a Assembleia mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, respeitadas outras regras relacionadas à publicação, constantes da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura;

(f) comparecer à Assembleia a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;

(g) elaborar relatório destinado ao debenturista, nos termos do artigo 68, §1º, alínea "b", da Lei nº. 6.404/76, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:

(1) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou ainda, o inadimplemento ou atraso na prestação obrigatória de informações pela Emissora;

(2) alterações estatutárias ocorridas no período;

(3) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;

(4) posição da distribuição ou colocação da Debênture no mercado;

(5) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;

(6) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;

(7) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário; e

(8) relação dos bens e valores eventualmente entregues à sua administração.

(h) disponibilizar exemplar do relatório de que trata a alínea (g) ao debenturista no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:

- (1) na sede da Emissora;
- (2) em seu escritório;
- (3) na CVM;
- (4) na CETIP;
- (5) na sede do Coordenador Líder;

(i) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos da imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra a sua disposição nos locais indicados na alínea (l);

(j) manter atualizados os dados dos Debenturistas, seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Banco Mandatário e à CETIP;

(k) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;

(l) notificar os Debenturistas, por edital e individualmente, sobre quaisquer dos eventos mencionados na Cláusula VII acima, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a partir da data em que teve conhecimento, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, exceto pelos eventos da Cláusula VII regulado na alínea m abaixo, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada:

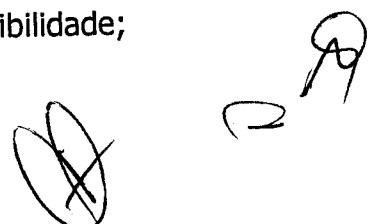
(1) à CVM; e

(2) à CETIP.

(m) monitorar a ocorrência dos eventos previstos no item 7.1 da Cláusula VII acima e informar nos prazos previstos na referida Cláusula aos Debenturistas a ocorrência de qualquer dos referidos eventos, assim como os procedimentos a serem adotados, nos termos desta Escritura;

(n) promover, apenas caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos na JUCESP, hipótese em que a Emissora arcará com os custos do referido registro, bem como deverá fornecer as informações e documentos necessários ao referido registro;

(p) verificar a regularidade da constituição das Garantias, nos termos desta Escritura, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;



(q) solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis estaduais (incluindo falências, recuperações judiciais e execuções fiscais), distribuidores federais, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas do Trabalho e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades, cujos custos serão arcados pela Emissora;

(r) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora, cujos custos serão arcados pela Emissora; e

(s) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas, devendo ainda, enviar à CVM e à CETIP, na data da Assembleia Geral de Debenturistas, sumário das deliberações tomadas e, no prazo de 10 (dez) dias, cópia da ata da referida Assembleia Geral de Debenturistas;

9.5 Atribuições Específicas

9.5.1 Em caso de qualquer inadimplemento, o Agente Fiduciário utilizará quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses dos Debenturistas e da realização de seus créditos devendo em caso de inadimplemento da Emissora:

(a) declarar, observadas as deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas e as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar o principal e acessórios;

(b) tomar toda e qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas;

(c) requerer a falência da Emissora; e

(d) representar os Debenturistas em processo de falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

9.6 Remuneração do Agente Fiduciário

Será devido ao Agente Fiduciário ou à instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração a ser paga da seguinte forma:

9.6.1 A título de remuneração pelo serviço de Agente Fiduciário, parcelas trimestrais de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), devida 5 (cinco) dias após a data da

assinatura da Escritura de Emissão e as demais nas mesmas datas dos trimestres subsequentes. Serão devidas parcelas trimestrais até a liquidação integral das debêntures, caso elas não sejam quitadas na data de seu vencimento;

9.6.2 No caso de inadimplemento no pagamento das debêntures ou de reestruturação das condições das debêntures após a emissão, serão devidas ao Agente Fiduciário, adicionalmente, o valor de R\$350,00 (trezentos e cinquenta reais) por hora-homem de trabalho dedicado à (a) execução das garantias, (b) comparecimento em reuniões formais com a Emissora e/ou com Debenturistas; e (c) implementação das conseqüentes decisões tomadas em tais eventos, pagas 5 (cinco) dias úteis após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de "relatório de horas" à Emissora, despesas essas que deverão ser previamente aprovadas pela Emissora; entende-se por reestruturação das Debêntures os eventos relacionados a alteração (1) das garantias, (2) prazos de pagamento e (3) condições relacionadas ao vencimento antecipado. Os eventos relacionados a amortização das debêntures não são considerados reestruturação das debêntures.

9.6.3 Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa e juros de mora na forma definida para as obrigações tratadas nesta Escritura, sem prejuízo da atualização monetária pelo IGP-M;

9.6.4 Os impostos vigentes à época do pagamento que incidirem sobre a remuneração do Agente Fiduciário, tais como ISS, PIS, COFINS, CSLL e IRRF, serão acrescidos a remuneração proposta, de forma que esta seja paga líquida de impostos;

9.6.5 As parcelas da remuneração referenciadas nos itens (i) e (ii) acima serão atualizadas, pelo IGP-M, a partir da Data de Emissão;

9.6.6 No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas em que o Agente Fiduciário venha razoavelmente e de boa fé a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, ressarcidas pela Emissora; tais despesas incluem os gastos com honorários advocatícios, inclusive de terceiros, depósitos, indenizações, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário, desde que relacionadas à solução da inadimplência, enquanto representante dos Debenturistas; as eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias corridos; e

9.6.7 As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais, bem como indenizações, decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário no exercício de sua função ou decorrente deste exercício, serão igualmente suportadas pelos Debenturistas; tais despesas incluem honorários advocatícios para defesa do Agente Fiduciário e deverão ser igualmente adiantadas pelos Debenturistas.

9.6.8 Na hipótese de ocorrer o cancelamento ou o resgate da totalidade das Debêntures em circulação, o Agente Fiduciário fará jus somente à remuneração calculada *pro rata temporis* pelo período da efetiva prestação dos serviços, devendo restituir à Emissora a diferença entre a remuneração recebida e aquela a que fez jus.

9.6.9 O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante crédito na conta corrente que será indicada pelo Agente Fiduciário à Emissora com no mínimo 5 (cinco) dias úteis de antecedência à data do pagamento.

9.7 Despesas

A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis em que ele tenha comprovadamente incorrido, para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, ou para realizar seus créditos, desde que tais despesas tenham sido previamente comunicadas à Emissora.

O ressarcimento, a que se refere esta Cláusula, será efetuado em até 10 (dez) dias úteis contados da entrega à Emissora dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas e necessárias à proteção dos direitos dos titulares das Debêntures.

As despesas a que se refere esta Cláusula compreenderão, inclusive, as seguintes:

(a) publicação de relatórios, avisos e notificações conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;

(b) extração de certidões;

(c) locomoções entre Estados da Federação, e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções;

(d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

O crédito do Agente Fiduciário por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas, que não tenham sido saldados na forma acima, será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento.

Se qualquer quantia devida aos Debenturistas em virtude desta Escritura for paga por meio de ação judicial ou sua cobrança for feita através de advogados, a Emissora deverá pagar, em complemento a todos os valores devidos previstos nesta Escritura e relativos às Debêntures, honorários advocatícios e outras despesas e custas incorridas devido a tal cobrança.

CLÁUSULA X – GARANTIAS ADICIONAIS

10.1 Da Fiança

10.1.1 O Garantidor qualificado no preâmbulo desta Escritura, neste ato, obriga-se perante os Debenturistas, na qualidade de principal pagador e devedor solidário, a cumprir todas e quaisquer obrigações da Emissora decorrentes das Debêntures previstas nesta Escritura, incluindo, mas sem limitação, o pagamento do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração e demais encargos moratórios, bem como quaisquer outros encargos decorrentes de eventuais ações judiciais se necessário, inclusive relativos às dívidas vencidas antecipadamente ("Valor Garantido"), por meio de fiança irrevogável e irretratável para todos os efeitos legais, com renúncia expressa aos benefícios previstos nos artigos 333, parágrafo único, 366, 827, 834, 835, 837, 838 e 839 do Código Civil e artigos 77 e 595 do Código de Processo Civil ("Fiança").

10.1.2 O Garantidor declara-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, fiador e principal pagador do valor total da dívida da Emissora oriunda das Debêntures desta Emissão, nos termos da presente Escritura e em conformidade com o artigo 818 do Código Civil.

10.1.3 O Valor Garantido será pago pelo Garantidor em até 3 (três) dias úteis contados da data do recebimento de notificação por escrito do Agente Fiduciário ao Garantidor, exceto na hipótese de decretação de falência ou pedido de autofalência da Emissora, hipótese em que o valor deverá ser pago em até 1 (um) dia útil da referida notificação, em qualquer hipótese, independentemente de qualquer pretensão, ação, disputa ou reclamação que a Emissora venha a ter ou exercer em relação às suas obrigações sob as Debêntures. Tal notificação deverá ser imediatamente emitida pelo Agente Fiduciário após a ocorrência de falta de pagamento pela Emissora de qualquer valor devido na forma e nas datas de pagamento definidas nesta Escritura ou, se for o caso, quando do vencimento antecipado das Debêntures. O pagamento deverá ser realizado segundo os procedimentos estabelecidos nesta Escritura e de acordo com instruções recebidas do Agente Fiduciário.

10.1.4 Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá ser admitida ou invocada pelo Garantidor com o fito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.

10.1.5 O Garantidor sub-rogar-se-á nos direitos dos Debenturistas caso venha a honrar, total ou parcialmente, a Fiança, até o limite da parcela da dívida efetivamente por ele honrada.

10.1.6 O Garantidor, desde já, reconhece como prazo determinado, para fins do artigo 835 do Código Civil, a data do cumprimento integral de todas as obrigações da Emissora decorrentes das Debêntures previstas nesta Escritura, conforme os termos desta Escritura.

10.1.7 Em virtude da Fiança prestada pelo Garantidor em benefício dos Debenturistas, a presente Escritura será registrada no competente Cartório de Registro de Títulos e Documentos da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, em até 10 (dez) dias úteis a contar da data de assinatura desta Escritura. No prazo de 5 (cinco) dias úteis após tal registro, a Emissora encaminhará ao Agente Fiduciário uma via original devidamente registrada.

10.1.8 O Agente Fiduciário atestou a capacidade de pagamento do Garantidor e da Esposa do Garantidor, com base na participação acionária direta e indireta detida na Helbor Empreendimentos S.A., de 52,06%, representativas de R\$ 431,6 milhões em 12 de março de 2010 (fonte: Economática).

10.2 Da Alienação Fiduciária de Ações em Garantia

10.2.1. O cumprimento integral de todas as obrigações da Emissora decorrentes das Debêntures previstas nesta Escritura será garantido adicionalmente por garantia real, constituída por meio do "Instrumento Particular de Contrato de Alienação Fiduciária de Ações em Garantia", celebrado entre o Garantidor e os Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, ("Contrato de Alienação Fiduciária")

10.3. As Garantias ora prestadas entram em vigor na Data da Emissão e perdurarão até o completo, efetivo e irrevogável pagamento de todas as obrigações da Emissora decorrentes das Debêntures e desta Escritura, inclusive nos casos de repactuação ou prorrogação.

10.4. O valor das Ações dadas em garantia da Emissão encontra-se demonstrado no Contrato de Alienação Fiduciária.

CLÁUSULA XI – ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

À Assembleia Geral de Debenturistas aplicar-se-á o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações.

11.1. Convocação

11.1.1 A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem no mínimo 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação ou pela CVM.

11.1.2. A convocação se dará mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

11.1.3. As Assembleias Gerais de Debenturistas deverão ser realizadas em prazo mínimo de 15 (quinze) dias, contados da data da primeira publicação da convocação. A Assembleia Geral de Debenturista em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da Assembleia Geral de Debenturistas em primeira convocação.

11.1.4. As deliberações tomadas pelos Debenturistas em Assembleia Geral de Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, conforme definido na Cláusula 11.2.2 abaixo, independentemente de terem comparecido à Assembleia ou do voto proferido na respectiva Assembleia Geral de Debenturistas.

11.1.5. Não será admitida na Assembleia a presença de quaisquer pessoas que não comprovem sua condição de debenturistas ou seu mandatário, mediante a prévia apresentação de documentos regulares de identificação, societários e procurações. Documentos estrangeiros serão aceitos desde que devidamente consularizados.

11.2. Quórum de Instalação

11.2.1. Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, a Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de titulares de Debêntures que representem, no mínimo, metade das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer quorum.

11.2.2. Para efeito da constituição de todos e quaisquer quoruns de instalação e/ou deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas previstos desta Escritura, consideram-se "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures emitidas pela Emissora que ainda não tiverem sido resgatadas e/ou liquidadas, devendo ser excluídas aquelas Debêntures que a Emissora possuir em tesouraria, ou que sejam pertencentes ao seu controlador ou a qualquer de suas controladas e coligadas, bem como respectivos diretores ou conselheiros e respectivos parentes até segundo grau.

11.3. Presidência da Mesa diretora

A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá, conforme quem a tenha convocado, respectivamente, ao Agente Fiduciário, à Emissora, ao titular de Debêntures eleito pelos demais titulares de Debêntures presentes ou àquele que for designado pela CVM. O secretário será eleito pelo presidente da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas e ficará responsável pela redação da ata da Assembleia Geral de Debenturistas.

11.4. Quórum de Deliberação

11.4.1. Cada Debênture em circulação conferirá a seu titular o direito a um voto nas Assembleias, cujas deliberações, ressalvados quoruns específicos estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão tomadas, em primeira convocação, por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, por titulares de Debêntures que representem a maioria das Debêntures presentes, sendo admitida a constituição de mandatários, titulares de Debêntures ou não.

11.4.2. As deliberações tomadas pelos titulares de Debêntures reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, observada a devida competência legal e o quorum estabelecido nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares de Debêntures, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido na respectiva Assembleia Geral de Debenturistas.

11.4.3. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias.

11.4.4. O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias para prestar aos titulares de Debêntures as informações que lhe forem solicitadas.

11.4.5. Na ocorrência dos eventos indicados nos subitens (viii), (ix) e (xi) da Cláusula 7.1. acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, dentro de 48 (quarenta e oito) horas da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos referidos eventos, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar acerca da declaração do vencimento antecipado das Debêntures. Se, nesta Assembleia, Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, determinarem que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das Debêntures, o Agente Fiduciário não declarará o vencimento antecipado das Debêntures.

11.4.5.2. Adicionalmente ao mencionado na Cláusula 11.4.5 acima, na hipótese de não convocação da Assembleia Geral de Debenturistas ou de não instalação da Assembleia Geral de Debenturistas, conforme o caso, por falta de quorum, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures, aplicando-se o disposto na Cláusula 11.4.5.3. abaixo.

11.4.5.3. Observado o disposto nesta Cláusula XI, em caso de vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a resgatar a totalidade das Debêntures com o seu consequente cancelamento, obrigando-se a pagar o Valor Nominal Unitário de cada Debênture, devidamente atualizado (se for o caso), acrescido dos Juros Remuneratórios calculados *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão, até a data do seu efetivo pagamento, além dos demais encargos devidos nos termos desta Escritura, em até 3 (três) Dias Úteis contados do

recebimento, pela Emissora, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos nesta Escritura.

**CLÁUSULA XIII - DECLARAÇÕES E GARANTIAS
DA EMISSORA, DO GARANTIDOR E DA ESPOSA DO GARANTIDOR**

12.1. A Emissora e o Garantidor, quando aplicável, declaram e garantem ao Agente Fiduciário, na data da assinatura da Escritura, que:

- (a) a Emissora é uma sociedade anônima devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações de acordo com as leis brasileiras e o Garantidor é pessoa natural, maior, está em posse de todas as faculdades mentais e é casado sob o regime de comunhão universal de bens;
- (b) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir com todas as obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto, e a celebração desta Escritura, a prestação das Garantias pelo Garantidor e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Emissora e o Garantidor sejam parte;
- (c) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora e/ou pelo Garantidor, nem resultarão em vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos ou rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (d) esta Escritura e as obrigações aqui previstas constituem obrigações da Emissora e o Garantidor, exigíveis de acordo com os seus termos e condições.
- (e) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento pela Emissora de suas obrigações nos termos da presente Escritura, bem como pelo registro da Emissão na CETIP;
- (f) tem todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais relevantes para o exercício de suas atividades, estando todas elas válidas;
- (g) Nenhuma das declarações constantes desta Cláusula XII é falsa, incorreta ou enganosa, na data em que foi dada;
- (i) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da remuneração das Debêntures foi acordada por livre vontade entre a Emissora e o Coordenador, em observância ao princípio da boa-fé;

(j) não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções; e

(w) o Garantidor é legítimo proprietário das ações preferenciais de emissão do Banco Bradesco, as quais foram validamente emitidas, estão totalmente integralizadas e se encontram livres e desimpedidas de quaisquer ônus, encargos ou gravames de qualquer natureza, legais ou convencionais, excetuando-se a cessão fiduciária em garantia objeto do Contrato de Alienação Fiduciária;

12.2. A Esposa do Garantidor, sob o regime de comunhão universal de bens, em atendimento ao disposto no artigo 1.647, incisos I e III, do Código Civil, consente expressamente, por meio de sua interveniência e aposição de sua assinatura ao final desta Escritura, com a Alienação Fiduciária e com a Fiança oferecidas como Garantias pelo Garantidor, seu marido.

CLÁUSULA XIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Comunicações

As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura, se feitas por fax ou correio eletrônico, serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente), devendo os respectivos originais serem encaminhados até cinco dias úteis após o envio da mensagem; se feitas por correspondência, as comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo Correio ou por telegrama, nos endereços constantes da qualificação a seguir:

Para a Emissora:

Hélio Borenstein S.A. Administração, Participações e Comércio
Avenida Voluntário Fernando Pinheiro Franco, 515, Mogi das Cruzes, SP
CEP: 08710-500
At.: Roberval Lanera Toffoli
Telefone: (11) 4795-8555
Fax: (11) 4724-8831
E-mail: roberval@helbor.com.br

Para o Garantidor:

Henrique Borenstein
Avenida Voluntário Fernando Pinheiro Franco, 515, Mogi das Cruzes, SP
CEP: 08710-500
At.: Henrique Borenstein
Telefone: (11) 4795-8555
Fax: (11) 4724-8831

E-mail: henrique@helbor.com.br

Para o Agente Fiduciário:

Oliveira Trust DTVM S.A.

Av. das Américas, 500, bl. 13, grupo 205

Condomínio Downtown – Barra da Tijuca

CEP: 22640-100

At.: Gustavo Dezouart

Telefone: (21) 3514-0000

Fax: (21) 3514-0099

E-mail: gustavo@oliveiratrust.com.br e agente@oliveiratrust.com.br

Para o Banco Mandatário e Instituição Depositária:

BANCO BRADESCO S.A.

Cidade de Deus, Avenida Yara, s/nº, Prédio Amarelo, 2º andar

06029-900 - Osasco – SP

At.: Sr. José Donizetti de Oliveira

Tel.: (11) 3684-3749

Fax: (11) 3684-5645

E-mail: 4010.donizetti@bradesco.com.br

Para a CETIP:

Rua Libero Badaró, 425 – 24º Andar

São Paulo, SP CEP 01009-000

At. Área de Valores Mobiliários

Tel: 3111-1400/1596

Fax: 3111-1563/1564

E-mail: gr.debentures@cetip.com.br

13.1.1 A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à outra parte pela parte que tiver seu endereço alterado, em até 2 (dois) dias contados da sua ocorrência.

13.1.2 Eventuais prejuízos decorrentes da não observância do disposto na Cláusula 13.1.1 acima serão arcados pela parte inadimplente.

13.2. Renúncia

Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito, faculdade ou remédio, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento,

nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

13.3 Irrevogabilidade e Sucessão

Esta Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando a Emissora, o Agente Fiduciário, o Garantidor e seus sucessores a qualquer título.

13.4 Independência

Caso qualquer das disposições desta Escritura venha a ser julgada inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se a Emissora, o Garantidor e o Agente Fiduciário, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

13.5 Título Executivo

A Presente Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais, nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, e as obrigações nelas contidas estão sujeitas a execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil.

13.6 Custos de Registro

Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura e seus eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados a esta Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

13.7 Prazos

A não ser que de outra forma disposto nesta mesma Escritura, os prazos estabelecidos na presente serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil, excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.

13.8 Integralidade

Esta Escritura constitui a integralidade das regras e disposições sobre a Emissão aqui contidas, revogando e substituindo toda e qualquer oferta, material, informação, proposta, negociação ou entendimento anterior, exceto aquelas constantes do Contrato de Distribuição e outros documentos correlatos mencionados nesta Escritura e no Contrato de Distribuição, incluindo as declarações de investidores e publicações previstas na Instrução CVM 476.

13.9. Lei Aplicável

Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

13.10. Foro

Fica eleito o Foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura e para a execução das obrigações de pagamento aqui previstas, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou possa ser.

Estando assim, as partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, com a presença das testemunhas abaixo identificadas e assinadas.

São Paulo, 16 de março de 2010.



Página 1/4 de assinaturas da Escritura da 1ª Emissão Pública com Esforços Restritos de Colocação de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Subordinada da Hélio Borenstein S.A. – Administração, Participações e Comércio, celebrada em 16 de março de 2010

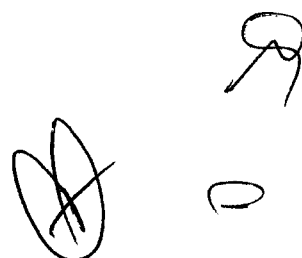
Hélio Borenstein S.A. – Administração, Participações e Comércio



Nome: Henrique Borenstein
Cargo: Diretor



Nome: Maria de Castro Borenstein
Cargo: Diretora



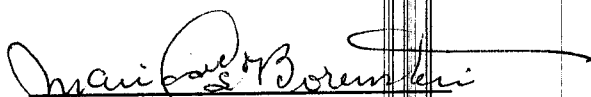
Página 2/4 de assinaturas da Escritura da 1ª Emissão Pública com Esforços Restritos de Colocação de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Subordinada da Hélio Borenstein S.A. – Administração, Participações e Comércio, celebrada em 16 de março de 2010

Henrique Borenstein



RG: 2.103.622 SSP- SP

Maria de Castro Borenstein

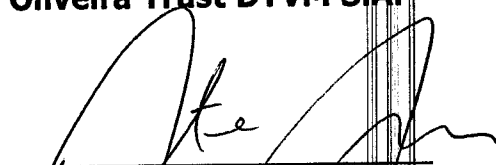


RG: 2.591.355 SSP-SP

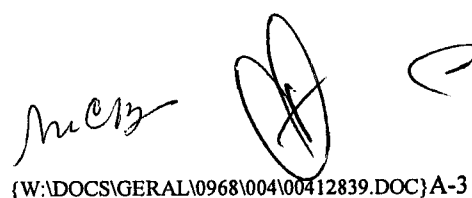


Página 3/4 de assinaturas da Escritura da 1ª Emissão Pública com Esforços Restritos de Colocação de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Subordinada da Hélio Borenstein S.A. – Administração, Participações e Comércio, celebrada em 16 de março de 2010

Oliveira Trust DTVM S.A.



Nome: Antonio Amaro R. de O. e Silva
Cargo: Gerente



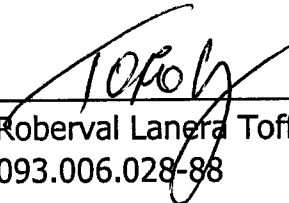
{W:\DOCS\GERAL\0968\004\00412839.DOC}A-3

Página 4/4 de assinaturas da Escritura da 1ª Emissão Pública com Esforços Restritos de Colocação de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Subordinada da Hélio Borenstein S.A. – Administração, Participações e Comércio, celebrada em 16 de março de 2010

Testemunhas:



Nome: Raimundo Romeu Felix
CPF: 009.559.058-77



Nome: Roberval Lanera Toffoli
CPF: 093.006.028-88

